



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO ÂMBITO DOS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Otávio da Silva Gomes Moreira

Rio de Janeiro
2024

OTÁVIO DA SILVA GOMES MOREIRA

A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO ÂMBITO DOS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Artigo científico apresentado como exigência
de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato
Sensu da Escola da Magistratura do Estado do
Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro

2024

A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Otávio da Silva Gomes Moreira

Graduado pela Faculdade de Direito da
Universidade Estácio de Sá - UNESA.
Advogado.

Resumo – Com o avanço da tecnologia e o surgimento de novas técnicas executivas que visam conferir efetividade às decisões judiciais no plano concreto, os jurisdicionados ainda encontram grande resistência no âmbito dos juzados especiais para que se possa utilizar das medidas executivas atípicas sob, em especial, o frágil argumento de incompatibilidade com os princípios que regem os sistemas dos juzados especiais, refletindo diretamente na ineficácia da execução e insucesso do procedimento especial. No presente trabalho, busca-se apresentar o processo executivo operado no âmbito dos juzados especiais cíveis, explorar os obstáculos que tem gerado, no plano concreto, o insucesso das execuções, bem como demonstrar em paralelo com os princípios que regem o sistema, que a aplicação de medidas executivas atípicas em nada desnatura o procedimento especial.

Palavras-chave – Direito Processual Civil. Execução. Medidas Executivas Atípicas.

Sumário – Introdução. 1. A Execução no âmbito dos Juzados Especiais Cíveis sob a perspectiva do Princípio da Tutela Jurisdicional Adequada. 2. A compatibilidade das medidas executivas atípicas com os preceitos fundamentais dos Juzados Especiais Cíveis. 3. As dificuldades de esgotamento dos meios executivos típicos como percalço à aplicação dos meios atípicos. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Os Juzados Especiais Cíveis são regulados pela Lei nº 9.099/95, integram a estrutura do Poder Judiciário estadual, possuem competência para processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade, e adotam procedimento simplificado e despido das formalidades usuais que permeiam os demais procedimentos judiciais, viabilizando o acesso à justiça pela população economicamente hipossuficiente e entregando a tutela jurisdicional de forma mais célere e adequada ao caso concreto.

Finalizada a fase de conhecimento, compete ao próprio Juzado Especial executar os seus julgados. Contudo, é na fase de execução que o jurisdicionado, não raras vezes, encontra grandes dificuldades em concretizar o seu direito já reconhecido judicialmente, sendo-lhe impostas severas restrições executivas, sob, no mais das vezes, a sucinta justificativa de incompatibilidade da medida com os princípios norteadores dos Juzados Especiais, gerando como consequência a ineficácia da decisão judicial, bem como a frustração da parte vencedora na perseguição do seu direito.

Todavia, tais percalços impostos aos jurisdicionados, principalmente no atual cenário processual de surgimento de novas tecnologias e medidas executivas atípicas, mostram-se incabíveis e contrários aos avanços processuais que surgem com o precípua objetivo de satisfazer o titular do direito e garantir a efetividade das decisões judiciais.

Desse modo, o presente trabalho tem por escopo analisar e demonstrar a compatibilidade entre as medidas executivas atípicas e o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, uma vez que tais medidas possuem o cunho de reforçar a efetividade das decisões judiciais e conferir maior segurança jurídica à parte vencedora na busca pela concretização do direito reconhecido através de um título judicial ou extrajudicial, não sendo a alegação de incompatibilidade das medidas executivas atípicas com os princípios norteadores dos Juizados Especiais um argumento hábil a afastar a aplicação das novas modalidades executivas..

Nesse contexto, o primeiro capítulo deste trabalho busca trazer uma concepção ampla acerca da execução no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, analisando a sua evolução em paralelo com os avanços hodiernos do direito processual civil, especialmente quanto aos mecanismos executivos atípicos que visam garantir a concretização do direito material.

O segundo capítulo tem por finalidade analisar de forma crítica a compatibilidade das medidas executivas atípicas com determinados princípios que têm sido utilizados como fundamento impeditivo de aplicação dos novos meios executivos, abordando, sob um aspecto finalístico, o objetivo de cada princípio, bem como a sua flexibilidade e adaptabilidade aos novos avanços surgidos no campo no direito processual civil.

No intuito de possibilitar apontamentos concretos pelo leitor, o terceiro capítulo objetiva analisar detidamente os principais fatores que possivelmente estariam obstaculizando a aplicação das medidas executivas atípicas no âmbito dos Juizados Especiais, enfatizando as possíveis causas que geram instabilidade na segurança jurídica dos jurisdicionados no que tange a concretização do seu direito.

A pesquisa é desenvolvida pelo método hipotético-dedutivo, uma vez que o pesquisador pretende eleger um conjunto de proposições hipotéticas, as quais acredita serem viáveis e adequadas para analisar o objeto da pesquisa, com o fito de comprová-las ou rejeitá-las argumentativamente.

Para tanto, a abordagem do objeto desta pesquisa jurídica é necessariamente qualitativa, porquanto o pesquisador pretende se valer da bibliografia pertinente à temática em foco, analisada e fichada na fase exploratória da pesquisa, para sustentar a sua tese.

1. A EXECUÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA

O sistema processual dos Juizados Especiais Cíveis tem suas peculiaridades particulares estabelecidas pelo legislador que o difere do procedimento comum, objetivando ampliar o direito de acesso à justiça, garantir a celeridade processual das ações de natureza simplificada, e entregar a devida tutela jurisdicional por meio da execução dos seus próprios julgados através de um sistema jurídico-processual sincrético que inovou a ordem processual, garantindo mais celeridade ao procedimento, conforme leciona Daniel Amorim Assumpção Neves¹, veja-se:

no ano de 1995, a Lei 9.099, que regulamentou o procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais, aboliu o processo de execução de títulos executivos judiciais, tornando a demanda condenatória em trâmite perante os Juizados uma ação sincrética. Independentemente da natureza da obrigação, qualquer sentença que demande execução passou no sistema dos Juizados a ser executada mediante uma mera fase procedimental subsequente à fase de conhecimento.

Nessa esteira, a Lei n° 9.099/95² regulamentou o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, confirmando expressamente em seus artigos 1° e 3°, a competência dos Juizados Especiais Cíveis para conciliar, processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade, confira-se:

art. 1° Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
Art. 3° O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
III - a ação de despejo para uso próprio;
IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.
§ 1° Compete ao Juizado Especial promover a execução:
I - dos seus julgados;
II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1° do art. 8° desta Lei.

O ideal inicialmente almejado com a criação da Lei dos Juizados Especiais é digno de aplausos, pois homenageou-se a terceira onda renovatória de acesso à justiça,

¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 8. Ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 1750.

² BRASIL. **Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm . Acesso em: 24 de set. 2024.

desburocratizando o procedimento processual e atribuindo capacidade postulatória aos cidadãos, para ajuizarem pessoalmente as ações judiciais cujo valor da causa não ultrapasse o teto de 20 salários-mínimos, conferindo também isenção de custas, taxas e despesas processuais, conforme se observa no art. 54³, *caput*, da Lei n° 9.099/95, transcrito a seguir: “art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas”.

Embora tenha havido um avanço significativo no campo do acesso à justiça, é fundamental reconhecer que toda construção ou inovação requer manutenção e aprimoramento contínuo a fim de se preservar a essência existencial do instituto e os objetivos por ele almejados. Nesse sentido, a acessibilidade merece uma atenção especial, pois desempenha um papel crucial na ordem jurídica. Acerca do tema, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Larissa Clare Pochmann da Silva⁴, esclarecem que:

a acessibilidade significa a existência de sujeitos de direito, capazes de estar em juízo, utilizando adequadamente o instrumental jurídico e possibilitando a efetivação de direitos individuais e coletivos. A operosidade significa que todos os envolvidos na atividade judicial devem atuar de forma que se atinja o efetivo acesso à Justiça.

À luz de tais informações, considera-se ser medida razoável que a legislação que trata do rito dos Juizados Especiais Estaduais avance paralelamente com as constantes modernizações das técnicas executivas processuais, de modo que garanta a manutenção das suas finalidades iniciais pensadas pelo legislador e busque efetivar o Princípio da Tutela Jurisdicional Adequada, operada pela moderna constitucionalização do direito, conforme aduz Humberto Theodoro Júnior⁵: “[...] a constitucionalização do processo operada pelo moderno Estado democrático de Direito transformou a ação numa garantia fundamental, a de acesso pleno e efetivo à tutela jurisdicional [...]”.

A observância desse princípio processual pelos magistrados garante que a busca pela prestação da tutela jurisdicional seja mais incisiva em sua concepção prática, conforme expõe Alexandre de Freitas Câmara⁶:

³ BRASIL. ref. 2

⁴ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **Acesso à justiça**: uma releitura da obra de Mauro Capelletti e Bryant Garth a partir do Brasil 40 anos depois. Rio de Janeiro: Revista Quaestio Iuris, 2015, p. 1827. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/19385>. Acesso em: 24 set. 2024.

⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso De Direito Processual Civil**. 64. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 185. 1 v.

⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual De Direito Processual Civil**. 2. Ed. Barueri-SP: Atlas, 2023, p. 165.

pode-se definir a tutela processual como o amparo que, por obra do processo, é ministrado a quem tem razão. Em outras palavras, tutela processual deve ser entendida, assim, como tutela efetiva de direitos ou de situações pelo processo. É, em outros termos, o resultado prático produzido pelo processo como forma de proteção daquele que é titular do direito material.

Nesse contexto, considerando os relevantes avanços introduzidos na ordem processual vigente, há de se interpretar o importante princípio constitucional de acesso à justiça, o qual funciona como um dos assentos da Lei nº 9.099/95, sob uma perspectiva contemporânea e finalística, ou seja, a conclusão — finalidade do processo —, deve ser tão importante quanto à introdução — início do processo —, sob pena de tornar os Juizados Especiais um sistema ineficaz, ou seja, sem instrumentos eficientes de efetivação do direito, conforme assevera Cassio Scarpinella Bueno⁷, *in verbis*:

o princípio da efetividade do processo, neste sentido – e diferentemente dos demais –, volta-se mais especificamente aos resultados da tutela jurisdicional no plano material, exterior ao processo. (...) O “justo” e o “devido”, com efeito, vão além do reconhecimento jurisdicional do direito.

Por conseguinte, o art. 52, da Lei nº 9.099/95 determina que as disposições do Código de Processo Civil devem ser aplicadas subsidiariamente ao procedimento dos Juizados Especiais Estaduais, desde que as alterações previstas pela própria lei especial sejam observadas, ou seja, incumbe ao juiz fazer o alinhamento dos procedimentos processuais a fim de alcançar o melhor resultado prático para o caso concreto, conforme explica Daniel Amorim Assumpção Neves⁸, a seguir:

[...] o rol de formas executivas previsto pelo dispositivo legal é exemplificativo, o que é corroborado pela utilização da expressão “tais como” antes da descrição específica das formas executivas constantes do texto legal. Essa interpretação é a única possível à luz da preocupação em municiar o juiz de todos os instrumentos necessários para que a tutela específica ou o resultado prático equivalente sejam efetivamente obtidos no caso concreto.

Nota-se, portanto, que a Lei dos Juizados não criou embaraços à aplicação do sistema executivo mais amplo previsto do Código de Processo Civil, e, nessa lógica, inclui-se o art. 139, inc. IV, do CPC, a partir do qual o Juiz poderá adotar medidas executivas não tipificadas na lei para alcançar o resultado prático da decisão judicial, entregando, de forma integral e

⁷ BUENO, Cassio Scarpinella, **Manual De Direito Processual Civil**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 57.

⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual De Direito Processual Civil**. 8. Ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 2000.

efetiva, a tutela jurisdicional ao titular do direito, conforme leciona Humberto Dalla Bernardina de Pinho⁹:

durante a execução, ou no curso da execução, o juiz deve se esforçar ao máximo para conceder ao exequente tudo e exatamente aquilo que lhe cabe, buscando devolver-lhe o que possuía antes de sofrer a lesão. Por outras palavras, o processo de execução deve ser um processo efetivo, que produza os resultados esperados pelo credor.

Acerca do poder geral de efetivação das decisões judiciais, Felipe Borring Rocha¹⁰ afirma que “[...] a circunstância de os Juizados Especiais se voltarem para o julgamento de causas de menor complexidade não representa um fator de limitação da busca pela efetividade das decisões judiciais”.

Nessa toada, tudo indica que o sistema processual contemporâneo, fortalecido pelo Código de Processo Civil de 2015, tem exigido uma conduta mais ativa e incisiva do juiz, conferindo, inclusive, uma margem significativa de criatividade aos magistrados objetivando garantir a efetividade das decisões judiciais.

Em contraste com essa perspectiva, observa-se na prática um engessamento do sistema executivo dos Juizados Especiais Cíveis. Apesar dos constantes avanços doutrinários e jurisprudenciais que buscam conferir efetividade às decisões judiciais por meio de uma releitura contemporânea do antigo direito legalista, o cotidiano forense revela uma considerável resistência dos magistrados às novas tendências que vêm se consolidando no âmbito do direito processual.

Sobre essa atual visão contemporânea do Direito Processual, Luiz Fux¹¹ assevera o seguinte:

essa percepção se revela significativa diante da postura estrategicamente adotada pelo CPC, ao inserir cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, consentâneos com a modernização dos tempos, sentida também na relação jurídica partilhada pelas partes e pelo juiz, v.g., o comando geral de sanabilidade recursal (art. 932, parágrafo único), a cláusula de efetivação das decisões (art. 139, IV) e a boa-fé como método interpretativo (art. 322, § 2º).

Portanto, evidencia-se que o atual sistema executivo dos Juizados Especiais exige uma atuação especial das partes envolvidas no processo, visando concretizar o princípio jurisdicional da tutela adequada. Essa abordagem é essencial para eliminar as falhas

⁹ PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual De Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2014, p. 405.

¹⁰ ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática**. 12. Ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 226.

¹¹ FUX, Luiz. **Curso De Direito Processual Civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 69.

frequentemente observadas na esfera dos Juizados Especiais Cíveis, sempre à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.

2. A COMPATIBILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS COM OS PRECEITOS FUNDAMENTAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

O sistema dos Juizados Especiais Cíveis possui os seus próprios princípios norteadores que garantem a singularidade do procedimento sumaríssimo, viabilizando o acesso à justiça e a rápida solução do litígio. Tais objetivos são ínsitos aos juizados, conforme leciona Humberto Dalla¹²:

os Juizados Especiais Cíveis, concebidos para a resolução de causas de menor complexidade, visam apresentar ao jurisdicionado uma forma de solução de controvérsias mais rápida, informal e desburocratizada, permitindo que ele consiga buscar, perante o Estado, a solução para o seu conflito de interesses.

Conforme dispõe o art. 2º, da Lei nº 9.099/95, o procedimento especial será orientado pelos seguintes princípios: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade. No entanto, salienta-se que tais princípios não enfraquecem o sistema especial, ao revés, estabelecem importantes preceitos que dão forma ao procedimento, estruturam o órgão, e definem os contornos legais do instituto.

É importante destacar que os princípios fundamentais dos Juizados Especiais não excluem outros princípios processuais pertencentes ao procedimento ordinário, que, inclusive, possuem aplicação imperativa no sistema jurídico especial, principalmente os que visam aperfeiçoar o sistema processual executivo, conforme as palavras de Eduardo Arruda Alvim¹³:

ponto importante a ser repisado é o de que o juiz, nos Juizados Especiais Cíveis, não está adstrito aos rígidos critérios de legalidade estrita, posto que o art. 6º da Lei n. 9.099/95 lhe permite julgar de acordo com a justiça e a equidade, tendo em vista os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum [...].

Desse modo, não há dúvidas de que a criação dos Juizados Especiais fortaleceu o acesso à justiça pelos cidadãos que, inclusive, podem pleitear seus direitos sem a necessidade de estarem representados por advogado, desde que seja observado o teto estabelecido pelo art. 9º da Lei nº 9.099/95. Contudo, há de se conferir efetividade às decisões judiciais proferidas

¹² PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual De Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2014, p. 70.

¹³ ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito Processual Civil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 706.

no âmbito dos Juizados Especiais, sob pena aniquilar o próprio instituto, conforme expõe Daniel Amorim Assumpção Neves¹⁴:

[...] de nada adiantará ampliar o acesso, permitir a ampla participação e proferir decisão com justiça, se tal decisão se mostrar, no caso concreto, ineficaz. O famoso “ganhou, mas não levou” é inadmissível dentro do ideal de acesso à ordem jurídica justa.

Observa-se que os juízes têm certa margem de liberdade na condução do procedimento, uma vez que cabe a eles interpretar e aplicar os preceitos fundamentais estabelecidos pela Lei nº 9.099/95.

Essa margem de liberdade se manifesta amplamente na prática e é observada, no dia a dia, pelas partes e operadores do direito. Isso ocorre porque o procedimento especial muitas vezes requer que o juiz compatibilize os aspectos do procedimento especial com os do procedimento ordinário, a fim de viabilizar o exercício da jurisdição e assegurar a efetivação da tutela jurisdicional.

O grau de liberdade conferido ao magistrado não pode ser utilizado sem a devida observância da razoabilidade e proporcionalidade adequada ao caso concreto, pois de modo contrário, estaria o magistrado agindo com arbitrariedade, gerando entraves no procedimento e ameaçando a própria dignidade do jurisdicionado, conforme explica Elpídio Donizetti¹⁵:

o patrimônio do devedor, em alguns casos, também representa óbice legítimo à ampla atuação da execução forçada, pois existem certos bens indispensáveis à vida digna do executado que não podem ser objeto de penhora, sob pena de se frustrarem direitos fundamentais em prol de direitos patrimoniais do credor. Por fim, embora a satisfação do crédito exequendo não deva ceder perante atitudes protelatórias do mau pagador, não se pode alcançar tal objetivo a todo custo. Também na execução faz-se necessária a observância do devido processo legal, devendo os meios processuais ser empregados, quando possível, do modo menos gravoso ao devedor (art. 805).

Nos tempos atuais, marcados por recentes avanços no direito processual — proporciona-se uma margem criativa mais ampla aos magistrados, especialmente na utilização das medidas executivas atípicas —, observa-se uma notável deficiência nos Juizados Especiais, manifestada através da dificuldade encontrada para efetivar a decisão de mérito, isso muitas vezes em razão do enfoque ao legalismo formal que, se não for cuidadosamente analisado, poderá ser prejudicial à justiça.

¹⁴ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. Ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 136.

¹⁵ DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 27. Ed. São Paulo: Atlas, 2024, p. 1011.

Acerca desse legalismo prejudicial, cita-se a notável lição de Cassio Scarpinella Bueno¹⁶:

a função do magistrado, não há como esconder essa realidade, é uma atividade criativa. Já não se espera do magistrado que realize uma reflexão quase-que-lógica ou quase-que-matemática sobre dadas premissas para concluir em um ou em outro sentido, mas, bem diferentemente, de aceitar, na formação das suas próprias premissas e na sua conclusão, elementos diferentes, diversos, não levados em conta na evolução e sistematização do pensamento do direito ao longo do século XIX, em especial na era das grandes codificações.

O grande entrave, na maioria das vezes, se mostra apoiado no frágil argumento de incompatibilidade das novas medidas executivas com os princípios balizadores do sistema especial, que, por via de consequência, engessa a execução da própria decisão judicial, causando prejuízos aos jurisdicionados e à própria justiça que se mostra incapaz de garantir a efetividade dos seus julgados.

Diante dessa inefetividade, é fundamental não subestimar os meios executivos alternativos que possibilitam a concretização do direito. Embora o uso de medidas atípicas não deva se tornar a norma no sistema processual executivo, elas representam uma ferramenta valiosa a favor da justiça, devendo ser empregadas quando não houver alternativas mais brandas para atingir o objetivo desejado. Em verdade, é nessas circunstâncias que o juiz, revestido do poder geral de efetivação da decisão judicial, deve garantir o cumprimento do direito, conforme destaca Felipe Borring Rocha¹⁷:

[...] a circunstância de os Juizados Especiais se voltarem para o julgamento de causas de menor complexidade não representa um fator de limitação da busca pela efetividade das decisões judiciais. Na verdade, todas as decisões judiciais devem ser efetivas, não importando se a causa envolvida é de grande ou reduzida repercussão.

Nesse contexto, é fundamental entender os princípios da simplicidade e da celeridade, expressamente estabelecidos no caput do art. 2º da Lei nº 9.099/95. Esses princípios, em particular, têm sido frequentemente invocados como justificativa para obstruir até mesmo os meios executivos típicos, como a penhora online, o que compromete a efetivação do direito e resulta na ineficácia da decisão judicial. Como observa Daniel Amorim Assumpção Neves: “a eficácia da decisão, portanto, é essencial para se concretizar a promessa constitucional de inafastabilidade da jurisdição.”

¹⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual De Direito Processual Civil**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 65.

¹⁷ ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais**: teoria e prática. 12. Ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 270.

A partir da literalidade do princípio da simplicidade, pode-se inferir que seu objetivo é impedir que, no âmbito dos Juizados Especiais, as partes recorram a meios complexos previstos no procedimento ordinário. Embora essa afirmação seja, em tese, válida, é crucial considerar a essência desse princípio fundamental nos Juizados Especiais. Como bem ressalta Felipe Borring Rocha¹⁸:

[...] toda atividade desenvolvida nos Juizados Especiais deve ser externada de modo a ser bem compreendida pelas partes, especialmente aquelas desacompanhadas de advogado. Seria, assim, uma espécie de princípio linguístico, a afastar a utilização de termos rebuscados ou técnicos, em favor de uma melhor compreensão e participação daqueles que não têm conhecimento jurídico.

Dessa forma, percebe-se que o princípio da simplicidade tem uma essência intrínseca voltada para a facilitação dos atos e das atividades realizadas nos Juizados Especiais e não para a obstaculização da inserção de novos instrumentos executivos ao procedimento especial, cabendo ao magistrado, à luz da ordem constitucional, conferir a melhor interpretação ao princípio.

Em relação ao princípio da celeridade, seu objetivo é garantir que o procedimento ocorra de maneira rápida, dispensando as formalidades típicas do procedimento ordinário. Esse conceito não deve ser interpretado como uma limitação que compromete a eficácia do procedimento sumaríssimo, conforme ressalta Elpídio Donizetti¹⁹:

além da oralidade, da simplicidade ou informalidade e da economia processual, prevê a Lei nº 9.099/1995 a observância do princípio da celeridade, de forma que o processo dure o tempo mínimo possível, atendendo à garantia constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF).

Apesar da ampla margem interpretativa, todos os princípios expressamente previstos na Lei nº 9.099/95 apontam para a imperiosa efetividade do procedimento, abrangendo tanto a fase de conhecimento quanto a fase de execução. Contudo, essa efetividade não pode ser interpretada sob a ótica da legalidade estrita, uma vez que o direito é dinâmico e não estático.

Portanto, embora existam preceitos fundamentais próprios do sistema especial, a lei não impede que o magistrado aplique, de forma subsidiária, outros princípios e instrumentos que efetivar a decisão judicial, sendo as medidas executivas atípicas uma importante ferramenta aliada da jurisdição no plano processual executivo, tendo em vista o seu alto poder de coação, sempre sob as balizas da razoabilidade e proporcionalidade.

¹⁸ ROCHA, Felipe Borring. **Manual Dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais**: teoria e prática. 12. Ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 29.

¹⁹ DONIZETTI, Elpídio. **Curso De Direito Processual Civil**. 27. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2024, p. 713.

3. AS DIFICULDADES DE ESGOTAMENTO DOS MEIOS EXECUTIVOS TÍPICOS COMO PERCALÇO À APLICAÇÃO DOS MEIOS ATÍPICOS

As medidas executivas atípicas encontram embasamento no inciso IV, do art. 139, do CPC²⁰, cujo teor merece transcrição:

art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

Nota-se que a própria legislação processual exige uma postura ativa do magistrado, conferindo-lhe poderes e instrumentos para que a tutela jurisdicional seja efetivada no plano concreto, conforme esclarece Renato Montans de Sá²¹:

inegável que a participação mais intensa do juiz no controle, criação e direção das medidas executivas para aquele caso concreto é muito mais próxima da realidade do que uma visão prévia do juiz com base em estudos apriorísticos. Especialmente porque o juiz deverá medir o grau de sua participação de acordo com a maior ou menor colaboração do devedor e/ou facilidade na localização de seus bens.

Nesse seguimento, a jurisprudência dominante do c. STJ confere caráter subsidiário às medidas executivas atípicas, ressaltando a necessidade de esgotamento das medidas executivas típicas antes da utilização das medidas executivas atípicas, como se observa da decisão proferida no AgInt no AREsp 1627209/SP²², veja-se trecho destacado da ementa:

[...] 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de ser legítima a adoção de medidas executivas indiretas, com base no artigo 139, IV, do CPC/15, temporariamente, após o esgotamento dos meios ordinários e típicos, dada a subsidiariedade do instituto, sempre sob o crivo do contraditório e desde que o devedor possua indícios de ocultação de patrimônio, visto que o intuito é impedir a frustração voluntária do processo executivo e não a punição do devedor em decorrência da ausência de bens. [...]

Complementando tais considerações, o Código de Processo Civil deve ser aplicado, de forma subsidiária, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, conforme a orientação

²⁰ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 25 set. 2024

²¹ SÁ, Renato Montans de. **Manual De Direito Processual Civil**. 8. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 275.

²² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1627209/SP**. Execução de título extrajudicial. Medidas executivas atípicas. Art. 139, IV, do CPC/15 [...]. Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti, 01 de julho de 2024. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 21 nov. 2024

conferida pelos artigos 52 e 53 da Lei nº 9.099/95²³, que tratam, respectivamente, do cumprimento de sentença e da execução de título extrajudicial, anotados a seguir:

art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:
Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

À luz dessas considerações, pode-se afirmar que o esgotamento dos meios executivos típicos é pressuposto para que o juiz se utilize das medidas executivas atípicas, ou seja, há um caminho a ser percorrido até que seja possível se valer de técnicas mais incisivas na busca pela efetivação da decisão judicial.

Nessa direção, Humberto Theodoro Júnior²⁴ faz a seguinte observação:

a aplicação do art. 139, IV, portanto, deve ocorrer em caráter extraordinário, quando as medidas ordinárias se mostrarem ineficazes. Primeiro, haverá de observar-se o procedimento típico, amparado basicamente na penhora e na expropriação de bens do devedor.

Contudo, grandes entraves se apresentam na prática forense dos Juizados Especiais, onde, não raras vezes, as partes sequer conseguem se valer das medidas típicas de execução. Esse percalço é facilmente constatado através de pesquisa jurisprudencial no site dos tribunais, onde é possível verificar julgados de Turmas Recursais anulando decisões judiciais e determinando que as medidas executivas típicas sejam utilizadas pelo magistrado.

Nesse passo, não é difícil perceber as dificuldades encontradas pelos jurisdicionados que optam por exercer o seu direito de ação através da via especial, que, via de regra, entrega a devida tutela jurisdicional no plano material, no entanto, sem a devida efetividade no plano processual executivo, acarretando insegurança jurídica aos jurisdicionados que optam pelo procedimento especial.

Acerca da finalidade da segurança jurídica no campo da efetividade da tutela jurisdicional, assevera José Augusto Delgado²⁵:

a segurança jurídica atua no plano do dever ser. Não existe, portanto, por si só. Ela necessita, para que possa produzir efeitos consistentes e harmônicos com os seus objetivos, utilizar de instrumentos colocados à sua disposição para que possa gerar consequências concretas cercadas de eficácia e de efetividade.

²³ BRASIL. ref. 2

²⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso De Direito Processual Civil**. 56. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 240.

²⁵ DELGADO, José Augusto. **A imprevisibilidade das decisões judiciais e seus reflexos na segurança jurídica**. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/74120>. Acesso em: 26 set.2024.

Noutro giro, as medidas executivas tipificadas na legislação processual, se usadas com destreza e no momento adequado, garantem ao jurisdicionado grandes possibilidades de ver o seu direito concretizado, ou, ao menos, de ter a certeza de que foram utilizados todos os meios possíveis para que a decisão judicial fosse cumprida.

Nesse sentido, apesar das medidas típicas se afigurarem como simples mecanismos executivos à disposição da justiça, elas possuem um grande poder de busca que não deve ser menosprezado, como expõe Erick Linhares²⁶:

por meio dessas ferramentas financeiras pode-se, por exemplo, analisar o fluxo de ativos financeiros dos devedores inadimplentes, rastrear a origem e destino desses ativos e avaliar a capacidade patrimonial dos executados, procedimento esse que possibilita, inclusive, identificar eventual integração interempresarial para efeito de caracterização de grupo econômico.

Porém, é de se indagar, que efetividade haverá se o sistema dos Juizados Especiais não acompanhar as novas tendências do direito, as novas tecnologias que ampliam os poderes dos magistrados, em especial no âmbito executivo. Nesse contexto, cita-se a inteligência artificial, que, brevemente, estará atuando em favor dos jurisdicionados, cooperando ativamente a favor da justiça, cujos benefícios podem ser notados nas palavras de Silmara Juny de Abreu Chinellato²⁷:

é indubitável que a inteligência artificial possa auxiliar a realização da justiça, mediante desenvoltura para encontrar precedentes, ajustar situações concretas aos ditames da lei, elaborando decisões com rapidez muito superior à dos humanos. Deve-se confiar na excelência dos estudos em pleno desenvolvimento, pois “as novas tecnologias, como a computação quântica, podem ser capazes de mudar a forma como os aplicativos de IA interrogam os problemas e aprendem com os circuitos de feedback, talvez imitando a apreciação cognitiva humana em relação ao mundo. Se assim for, elas poderiam trazer benefícios econômicos ao erodir o erro humano e assumir tarefas sintéticas que levam à fadiga

À luz dessas considerações, é possível inferir que os maiores obstáculos não residem no campo principiológico da lei dos Juizados Especiais, mas sim no subjetivismo dos magistrados e no apego ao legalismo estrito. Essa abordagem, por sua vez, limita a capacidade dos operadores do direito de adotarem métodos mais criativos e inovadores, cujo uso é imprescindível para o exercício da jurisdição contemporânea.

²⁶ LINHARES, Erick. Execução nos juizados especiais cíveis: ideais para melhorar sua efetividade. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-03/erick-linhares-execucao-juizados-especiais-civeis/>. Acesso em: 26 set.2024.

²⁷ SCHWAB, Klaus. Aplicando a quarta revolução industrial. *apud* CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Inteligência Artificial: visões interdisciplinares e internacionais. São Paulo: Almedina, 2023, p. 319.

Nesse viés de criatividade dos magistrados, Antônio Carlos Marcato²⁸ afirma que:

é o juiz quem ditará as medidas que julgar adequadas para implementar o comando de apresentar documentos ou fornecer dados. E tais medidas vão desde aquelas que já são bem conhecidas em nosso sistema judicial (busca e apreensão, por exemplo) a métodos mais criativos e sofisticados.

É fundamental ressaltar que a Lei nº 9.099/95 foi concebida com uma base principiológica voltada para a celeridade do procedimento, ou seja, para a agilidade na entrega da tutela jurisdicional. A própria legislação exclui determinadas ações de seu rito, reconhecendo previamente a incompatibilidade de certas demandas com o procedimento sumaríssimo, conforme leciona Humberto Dalla Bernadina de Pinho²⁹:

Não se admite nos Juizados Especiais a reconvenção, a ação declaratória incidental ou inúmeros recursos, típicos do processo clássico, para se evitar trâmites excessivamente formais.

Situação semelhante não acontece no âmbito da execução, visto que a decisão judicial, necessariamente, deve ser cumprida, sob pena de comprometer todo o procedimento especial. Nesse contexto, a própria lei permite a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Vale ressaltar que essa possibilidade de aplicação subsidiária está claramente prevista na Seção XV, da Lei nº 9.099/95.

Nessa linha de entendimento, em notável comentário, Felipe Borring Rocha³⁰, aduz que: “No caso dos Juizados Especiais, não há qualquer óbice para a aplicação do poder geral de efetivação”.

Portanto, verifica-se que as barreiras executivas instaladas no âmbito dos Juizados Especiais configuram verdadeira escalada de desafios, em razão da ausência de uniformidade procedimental no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Em consequência, a parte vencedora do processo, à quem foi atribuído um título com força executiva, precisará vencer a primeira barreira na fase de execução, que é utilizar todas as medidas executivas tipificadas em lei, como a penhora e o arresto. E somente no caso de insucesso das medidas típicas, a parte poderá recorrer aos meios executivos atípicos, desde que o magistrado esteja aberto às novas tendências do processo executivo do direito contemporâneo, que só tem a contribuir com a efetividade das decisões judiciais.

²⁸ MARCATO, Antônio Carlos. **Código De Processo Civil Interpretado**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2022, p. 1314.

²⁹ PINHO, Humberto Dalla Bernadina de. **Manual De Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2014, p. 80.

³⁰ ROCHA, Felipe Borring. **Manual Dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática**. 12. Ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 226.

CONCLUSÃO

A partir do presente estudo é possível notar a importância dos Juizados Especiais Cíveis para a sociedade, em especial para os grupos mais carentes, em razão da facilitação do acesso à justiça proporcionado pela Lei nº 9.099/95, que estabeleceu um sistema processual sincrético, sem as formalidades do procedimento comum, visando garantir a rápida satisfação dos jurisdicionados. Contudo, esse ideal inicial de celeridade tem se perdido ao longo do tempo, gerando a ineficácia do procedimento especial na concretização da tutela jurisdicional adequada.

Dessa maneira, o objetivo do presente estudo foi demonstrar que o sistema especial possui uma importância significativa para o ordenamento jurídico brasileiro, todavia, sem a devida observância dos avanços tecnológicos e o uso efetivo das ferramentas conferidas pela lei, o próprio procedimento especial é colocado sob risco de inefetividade, gerando insatisfação e insegurança jurídica. Para isso, o presente estudo abordou, de forma breve, a parte histórica dos Juizados Especiais, sob a ótica do princípio da tutela jurisdicional adequada, enfatizando o objetivo histórico do procedimento especial e a necessidade de avanço na concretização das decisões judiciais.

Igualmente, a partir da leitura do presente trabalho, é possível constatar que a base principiológica dos Juizados Especiais não pode ser usada como subterfúgio para obstar a aplicação das medidas executivas atípicas, ou, possíveis avanços técnicos implementados no âmbito processual, principalmente em razão do avanço da tecnologia e da inteligência artificial, de modo que não há mais espaço para o pensamento estritamente legalista no atual cenário do direito contemporâneo.

Demonstrou-se que a própria legislação processual exige uma postura ativa do juiz para que a tutela jurisdicional seja efetivamente cumprida, não havendo barreiras estabelecidas pela Lei nº 9.099/95 que sustente a tese de inaplicabilidade de medidas executivas atípicas no âmbito dos Juizados Especiais, isso em virtude da possibilidade de aplicação subsidiária do procedimento comum no âmbito do sistema especial.

Explorou-se também a necessidade de esgotamento das medidas executivas típicas para que as medidas atípicas possam ser aplicadas, enfatizando as dificuldades encontradas pelos jurisdicionados para se valerem de simples medidas típicas nos Juizados Especiais e a necessidade de rompimento dessa barreira para que se garanta a efetividade das decisões judiciais proferidas pelo Juizados Especiais Cíveis.

Por fim, o presente estudo alcança o seu objetivo de analisar e demonstrar a compatibilidade do procedimento dos Juizados Especiais com os novos mecanismos executivos do processo civil, identificando as principais causas da resistência à aplicação de tais medidas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, e ressaltando a importância das novas técnicas executivas para a devida satisfação da parte vencedora, cumprindo efetivamente o princípio da tutela jurisdicional adequada.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Wiliam; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm . Acesso em: 24 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 25 set. 2024

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1627209/SP**. Execução de título extrajudicial. Medidas executivas atípicas. Art.. 139, IV, do CPC/15 [...]. Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti, 1 de julho de 2024. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 21 nov.2024

BUENO, Cassio Scarpinella, **Manual de Direito Processual Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual De Direito Processual Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DELGADO, José Augusto. A imprevisibilidade das decisões judiciais e seus reflexos na segurança jurídica. **BDJur**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/74120>. Acesso em: 26 set.2024.

DONIZETTI, Elpidio. **Curso de Direito Processual Civil**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

LINHARES, Erick. Execução nos juizados especiais cíveis: ideais para melhorar sua efetividade. **Consultor Jurídico**, [s.l.], 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-03/erick-linhares-execucao-juizados-especiais-civeis/>. Acesso em: 26 set.2024.

MARCATO, Antônio Carlos. **Código de Processo Civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2022.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **Acesso à justiça:** uma releitura da obra de Mauro Capelletti e Bryant Garth a partir do Brasil 40 anos depois. Rio de Janeiro: Quaestio Iuris, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/19385>. Acesso em: 24 set. 2024.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2014.

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais:** teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **Inteligência Artificial:** visões interdisciplinares e internacionais. São Paulo: Almedina, 2023.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.